

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO LEGISLATIVO 2013/2015



RELATÓRIO

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho (Coordenador-Geral)
Luciana Villela de Andrade Mendes (Coordenadora Pedagógica)**



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

SUMÁRIO

1. Objetivo.....	3
2. Coordenação	3
3. Processo Seletivo	3
3.1. Inscrição	3
3.2. Prova de seleção	4
3.3. Matrícula	7
4. Comitê Científico-Pedagógico	9
5. Andamento do Curso	9
6. Orientação e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso	13
7. Resultado Final	16
7.1. Resultado final das disciplinas: notas e frequências	16
7.2. TCC	19
7.3. Relação final dos alunos certificados.....	26
8. Avaliação do Curso.....	27
9. Encerramento dos Cursos	28
10. Indicadores	28
11. Considerações e sugestões.....	31



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

1. Objetivo

Este relatório tem como objetivo descrever o processo de seleção, execução, acompanhamento e conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Legislativo, ocorrido no período de 5 de agosto de 2013 a 12 de dezembro de 2014.

2. Coordenação

- Luiz Fernando Bandeira de Mello – Coordenador Geral
- Luciana Villela de Andrade Mendes – Coordenadora Pedagógica

3. Processo Seletivo

3.1. Inscrição

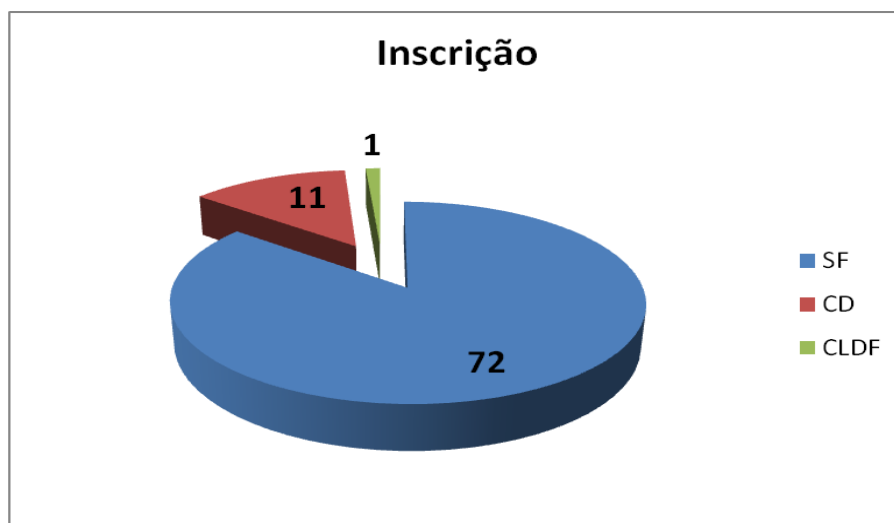
No dia 29 de abril de 2013 foi publicado o Edital nº 2 de 2013 (anexo), abrindo-se as inscrições para o curso no período de 29 de maio de 2013 a 13 de abril de 2013. Foram ofertadas 40 vagas, distribuídas 36 (trinta e seis) para servidores efetivos e comissionados do Senado Federal e 4 (quatro) para servidores de órgãos conveniados (Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União e Câmara Legislativa do Distrito Federal).

As inscrições foram realizadas via *internet*, pelo endereço www.senado.leg.br/ilb, condicionando-as pela entrega do formulário de inscrição juntamente com o currículo do candidato na Coordenação de Educação Superior - COESUP.

Foram realizadas 84 (oitenta e quatro) inscrições, sendo 39 (trinta e nove) servidores efetivos, 33 (trinta e três) comissionados, 11 (onze) servidores da Câmara dos Deputados e 01 (um) servidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior



3.2. Prova de seleção

A prova foi realizada no dia 29/05/2013, das 14h às 16h, no Auditório Petrônio Portela, contando com **59** (cinquenta e nove) candidatos participantes (48 SF, 10 CD, 1 CLDF). Constou de questões sobre a motivação do aluno para o curso e a possibilidade de aplicação dos conhecimentos no exercício profissional, além de uma dissertação sobre um dos temas propostos, sorteado por um dos candidatos, escolhido antes do início da prova.

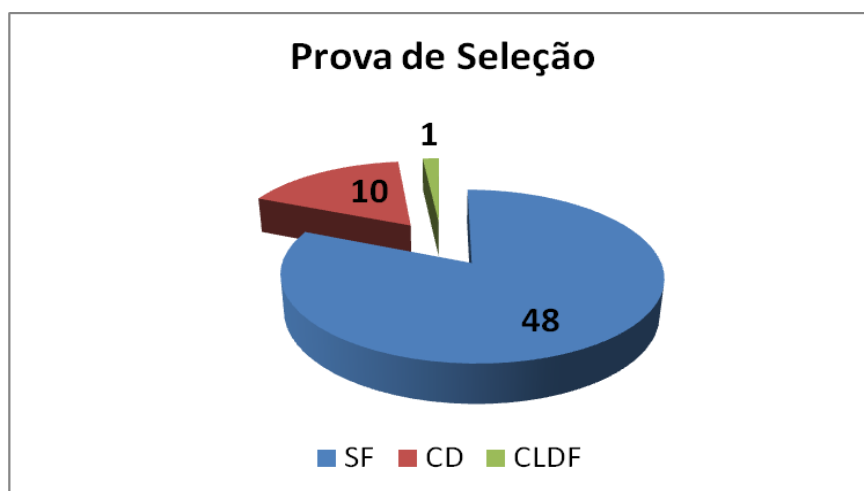
Adotou-se o critério aleatório de identificação das provas, apondo-se em cada uma, numeração correspondente ao nome do candidato.

O coordenador geral recebeu envelope com os cadernos de provas identificados numericamente, após a assinatura de termo de compromisso, para entrega posterior aos Examinadores. Participaram da correção os examinadores Bruno Ribeiro Guedes e Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Dois alunos entraram com recurso, sendo que apenas um obteve alteração na nota, não alterando sua classificação.



De todos os participantes, 9 (nove) não obtiveram a nota mínima 5,0.

3.2.1. Relação dos classificados

	Nº do Candidato	CANDIDATO	RESULTADO PONDERADO	ÓRGÃO
1	DL 57	Eduardo Pedroto	100,00	SF
2	DL 05	Luciano Henrique da Silva Oliveira	98,33	SF
3	DL 51	Marcus Vinícius Caldas Souto	96,67	SF
4	DL 44	Roberto Thiago Ribeiro de Souza	96,67	SF
5	DL 41	Ana Luiza Nuñez Ramalho	95,00	SF
6	DL 47	Melissa Mestriner	93,33	SF
7	DL 53	Beatriz de Mendonça Jorge e Costa	91,67	SF
8	DL 08	Renata Cristina Silva Leonel	90,00	SF
9	DL 29	Isa Lima	90,00	CD
10	DL 45	Adiel Lopes dos Santos	88,33	CD



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

11	DL 48	Mariana Gondim Jacob	88,33	SF
12	DL 12	Breno Righi	87,50	SF
13	DL 28	Roberta Lima Barreto	86,67	SF
14	DL 15	Karina Bernardino Lesch	86,67	SF
15	DL 56	João Paulo Recco de Fáveri	86,67	SF
16	DL 13	Daniel Delgado	85,00	SF
17	DL 58	Fernando Nunes de Miranda	85,00	CD
18	DL 24	Dênio José Rodrigues Louro	83,33	SF
19	DL 31	Carolina Monteiro Duarte Mourão	83,33	SF
20	DL 39	Tânia Maria de Oliveira	83,33	SF
21	DL 26	Fábio Harlan Barbosa Soares	78,33	SF
22	DL 03	Claudio Rocha Reis	78,33	SF
23	DL 55	Edilson Santos Barros	76,67	CD
24	DL 37	Maria Júlia Monteiro da Silva	75,00	SF
25	DL 49	Diego Barros Maia	73,33	SF
26	DL 17	Guido Nazareth Júnior	71,67	SF
27	DL 18	Marcus Paulo da Cunha Martins	71,67	SF
28	DL 14	Ricardo Bravo	70,00	SF
29	DL 20	Adriana Nunes Gomes	68,33	SF
30	DL 36	José de Souza Pennafort Neto	65,00	SF
31	DL 23	Alexandre Lin	63,33	SF
32	DL 25	Claudia Marcia Vilacia de Paiva	63,33	SF
33	DL 33	Edson Castelo Branco de O. Cardoso	61,67	SF
34	DL 35	Ary César Rodrigues	61,67	SF
35	DL 38	João Marcelo de Castro Novais	58,33	SF
36	DL 01	Débora Xavier Rocha	58,33	SF
37	DL 59	Poliana Pinheiro Perdigão Freire	58,33	SF
38	DL 54	Daniel Souza da Trindade	56,67	SF
39	DL 21	Tomaz Rodrigues	56,67	SF
40	DL 32	Jesus Marcelo Galhenô	55,00	SF
41	DL 19	Pedro Antônio de Oliveira Gonçalves	71,67	CD
42	DL 30	Elisabete Busanello	70,00	CD
43	DL 27	Kênia Régia Correia	68,33	CD
44	DL 42	Ricardo Roesch Morato Filho	65,00	CD
45	DL 46	Wanderson Costa de Medeiros	65,00	CD



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

46	DL 40	Edna Alves Nogueira	55,00	CLDF
47	DL 52	Silvânia Alves de Azevedo	53,33	SF
48	DL 11	Tereza Raquel Gonçalves F. das Chagas	51,67	CD
49	DL 16	João Eduardo Correia Leal	50,00	SF
50	DL 02	Edilson Barbosa	50,00	SF

3.3. Matrícula

Foram convocados para a matrícula os 40 candidatos mais bem classificados, sendo 36 do SF e 4 de órgãos conveniados. Destes, 3 candidatos não fizeram a matrícula, sendo chamados os seguintes da lista.

Antes do primeiro dia de aula, houve a desistência de um dos matriculados e a vaga foi ocupada pelo classificado seguinte da lista.

Tendo em vista o número expressivo de candidatos dos órgãos conveniados, a relação final de alunos atendeu a todos os servidores do Senado e pode também contemplar um número maior de servidores dos órgãos parceiros, no intuito de preencher todas as 40 vagas.

Nº MATRÍCULA	NOME	INSTITUIÇÃO
2013DL0101	Adiel Lopes dos Santos	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0102	Adriana Nunes Gomes	SENADO FEDERAL
2013DL0103	Alexandre Lin	SENADO FEDERAL
2013DL0104	Ana Luiza Nuñez Ramalho	SENADO FEDERAL
2013DL0105	Ary César Rodrigues	SENADO FEDERAL
2013DL0106	Beatriz de Mendonça Jorge e Costa	SENADO FEDERAL
2013DL0107	Carolina Monteiro Duarte Mourão	SENADO FEDERAL
2013DL0108	Claudio Rocha Reis	SENADO FEDERAL
2013DL0109	Daniel Delgado	SENADO FEDERAL
2013DL0110	Daniel Souza da Trindade	SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

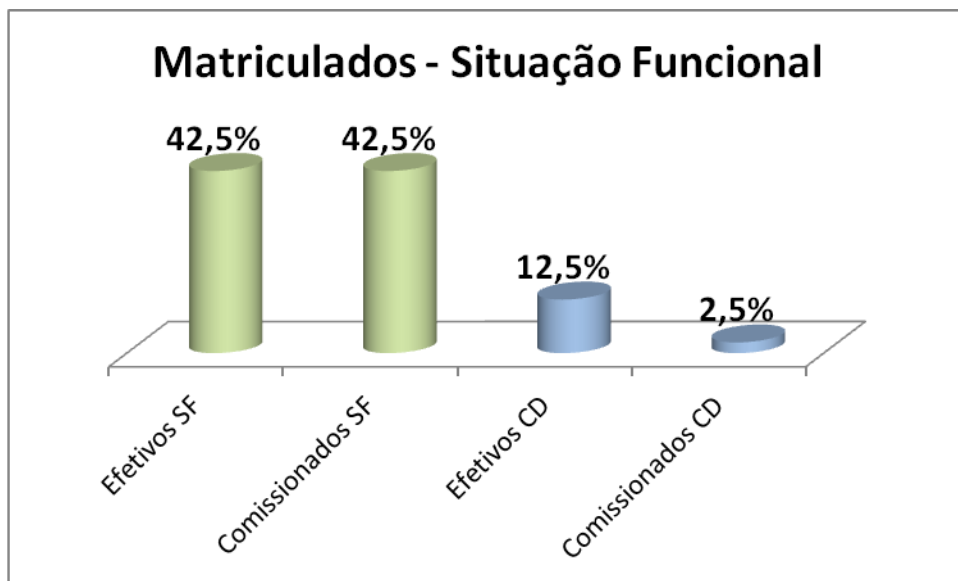
2013DL0111	Débora Xavier Rocha	SENADO FEDERAL
2013DL0112	Dênio José Rodrigues Louro	SENADO FEDERAL
2013DL0113	Diego Barros Maia	SENADO FEDERAL
2013DL0114	Edilson Barbosa	SENADO FEDERAL
2013DL0115	Edilson Santos Barros	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0116	Edson Castelo Branco de Oliveira Cardoso	SENADO FEDERAL
2013DL0117	Eduardo Pedroto	SENADO FEDERAL
2013DL0118	Elisabete Busanello	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0119	Fábio Harlan Barbosa Soares	SENADO FEDERAL
2013DL0120	Fernando Nunes de Miranda	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0121	Guido Nazareth Júnior	SENADO FEDERAL
2013DL0122	Isa de Lima	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0123	Jesus Marcelo Galhenô	SENADO FEDERAL
2013DL0124	João Marcelo de Castro Novais	SENADO FEDERAL
2013DL0125	João Paulo Recco de Fáveri	SENADO FEDERAL
2013DL0126	Karina Bernardino Lesch	SENADO FEDERAL
2013DL0127	Luciano Henrique da Silva Oliveira	SENADO FEDERAL
2013DL0128	Marcus Paulo da Cunha Martins	SENADO FEDERAL
2013DL0129	Marcus Vinícius Caldas Souto	SENADO FEDERAL
2013DL0130	Maria Júlia Monteiro da Silva	SENADO FEDERAL
2013DL0131	Mariana Gondim Jacob	SENADO FEDERAL
2013DL0132	Melissa Mestriner	SENADO FEDERAL
2013DL0133	Pedro Antonio de Oliveira Gonçalves	CÂMARA DOS DEPUTADOS
2013DL0134	Poliana Pinheiro Perdigão Freire	SENADO FEDERAL
2013DL0135	Renata Cristina Silva Leonel	SENADO FEDERAL
2013DL0136	Roberta Lima Barreto	SENADO FEDERAL
2013DL0137	Roberto Thiago Ribeiro de Souza	SENADO FEDERAL
2013DL0138	Silvânia Alves de Azevedo	SENADO FEDERAL
2013DL0139	Tânia Maria de Oliveira	SENADO FEDERAL
2013DL0140	Tomaz de Aquino Rodrigues	SENADO FEDERAL

Servidores do Senado: 34 (17 efetivos e 17 comissionados)

Servidores de órgãos conveniados: 6



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior



4. Comitê Científico-Pedagógico

É regido pelo Ato da Comissão Diretora nº14/2014 e foi criado com intuito de deliberar e orientar assuntos acadêmicos e disciplinares de cunho pedagógico. Integram o Comitê os Diretores Executivo e Adjunto do ILB; titulares da Coordenação de Educação Superior, da Coordenação de Treinamento e da Coordenação de Ensino à Distância; Coordenadores dos cursos de educação superior em andamento; e um representante discente de cada curso de educação superior em andamento.

As reuniões foram realizadas por demanda de cada uma das coordenações e aconteceram, ordinariamente, às sextas-feiras. As Atas encontram-se arquivadas na Secretaria da COESUP.

5. Andamento do Curso

O Curso teve início no dia 5/08/2013, com um total de 40 alunos. As aulas ocorreram na sala de aula 1, nas dependências do prédio do ILB, no turno da tarde, das 14h30 às 17h30, às segundas e sextas-feiras, semanalmente e às quintas-feiras,



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

quinzenalmente. Devido ao tamanho pequeno da sala de aula para comportar todos os 40 alunos, as aulas foram transferidas para o auditório do ILB.

Foram necessárias algumas alterações no calendário das aulas proposto inicialmente, em virtude de feriados e de compromissos extraclasses dos professores, sem comprometimento ao andamento das disciplinas, já que foi possível realizar a troca das aulas com outros professores.

Em meados de agosto de 2013 houve o cancelamento de matrícula da aluna Ana Luiza Nuñez Ramalho, por motivo de saúde, aprovado pelo Comitê Científico-Pedagógico do ILB, sem ônus para a servidora, conforme Ata de reunião do dia 13/9/13, arquivada na Secretaria da COESUP.

O aluno Tomáz de Aquino foi reprovado na disciplina Teoria Geral do Estado. Tendo em vista os diversos recursos impetrados pelo aluno, foi possível ele frequentar outras disciplinas, sendo desligado do curso apenas no mês de agosto de 2014, sem ônus, conforme Atas de reunião do Comitê Científico-Pedagógico dos dias 5/6/14 e 8/8/14, arquivadas na Secretaria da COESUP.

As disciplinas foram ministradas por 13 professores, todos servidores do Senado federal, com titulação e experiência docente compatíveis com as exigências do MEC, que exige 50% de mestres e doutores nos quadros de docentes nos cursos de pós-graduação.

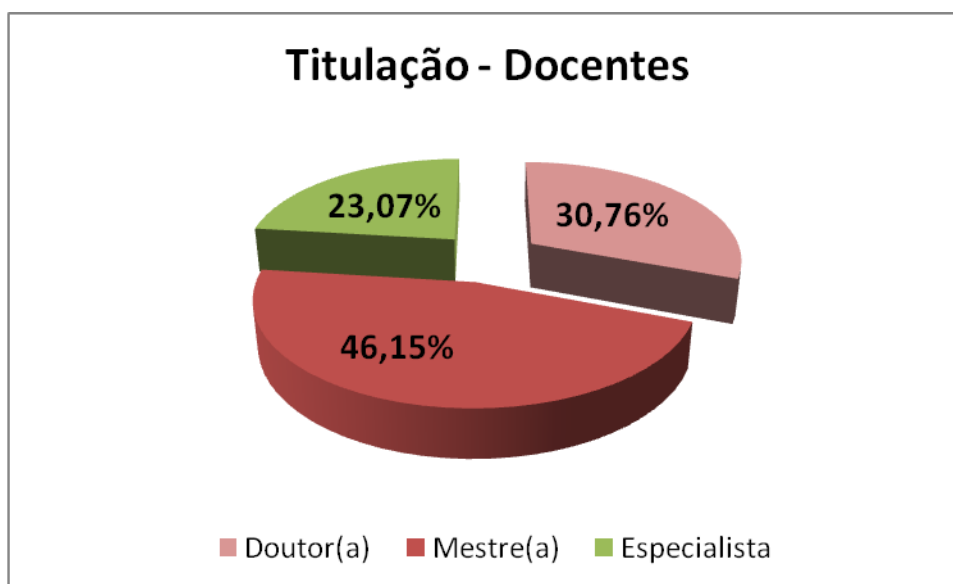
NOME	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO	H/A
Rafael Silveira e Silva	Introdução aos Estudos Legislativos - IEL	Doutor	24
Leany Barreiro de Sousa Lemos	Fundamentos de Ciência Política - FCP	Doutora	24
Jefferson Luis Colombo Dalmoro	Metodologia de Pesquisa parte I - MTPI	Mestre	24
Ilana Trombka	Metodologia de Pesquisa parte II - MTPPII	Mestra	24



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Joanisval Brito Gonçalves	Teoria Geral do Estado – TGE	Doutor	30
Luiz Fernando Bandeira de Mello	Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica - TGDH	Mestre	30
João Trindade Cavalcante Filho	Direito Constitucional Aplicado I - DCAI	Mestre	30
Francisco Eduardo Carrilho Chaves	Fiscalização do Poder Público - FPP	Especialista	30
Roberta Simões Nascimento	Direito Constitucional Aplicado II - DCAII	Mestra	42
Claudia Lyra Nascimento	Processo Legislativo Aplicado – PLA	Especialista	42
Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	Orçamento, LRF e Controle Governamental - LRF	Doutora	30
Cleide de Oliveira Lemos	Técnica Legislativa – TEL	Especialista	18
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	Seminários de Pesquisas Jurídico Legislativas - SEM	Mestre	12



A disciplina Seminários de Pesquisas Jurídico-Legislativas constou de várias palestras, algumas ofertadas pelo ILB, outras pelo Senado e por outros órgãos que, em



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

virtude da relevância dos temas propostos, foram aprovadas pelo professor para a participação dos alunos. Também foi possível a participação dos alunos em cursos de curta duração ofertados pela Coordenação de Treinamento do ILB. A carga horária mínima exigida foi de 12h/a e a avaliação foi realizada levando-se em conta os relatórios elaborados pelos alunos e os certificados de participação nas atividades educacionais.

Nº	Seminário: Tema	Data	Nº de alunos participantes
1	Aula Magna	6/8/13	34
2	Presidencialismo de Coalizão	19/9/13	23
3	Avaliação de Políticas Públicas	28/8/13	8
4	Pensando o Direito	30/9/13	1
5	Boas Práticas no Legislativo	5 a 7/2/14	18
6	Eleições 2014: Democracia e Legislativo	18/2/14	11
7	Como criar uma mente	2/4/14	2
8	Diálogos Institucionais entre Legislativo e Judiciário	9/5/14	20
9	Congresso de Direito Eleitoral de Brasília	7/5/14	1
10	Decisões Judiciais e Doutrina: Quem segue quem	13/5/14	3
11	Cooperação Técnica Brasil-Portugal	22/5/14	6
12	Comissão Parlamentar de Inquérito	7/7/14	32



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

13	Estudos e Pesquisas no Legislativo	25/9/14	28
14	Processo Legislativo Orçamentário	28/8 a 30/9	1

6. Orientação e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

A COESUP realizou processo seletivo para a formação de banco de orientadores e avaliadores de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos da pós-graduação.

A relação nominal dos credenciados à orientação foi enviada aos alunos, que indicaram, em formulário próprio, três nomes de possíveis orientadores, base para a definição final, realizada em reunião entre a coordenação e os orientadores, no dia 24/6/14.

No dia 11/6/14 os alunos receberam a relação final de orientadores por orientando e puderam iniciar o trabalho de orientação.

Por problemas pessoais a orientadora Leany Barreiro de Sousa Lemos não pode continuar a orientação dos alunos Ary César I. Rodrigues e Poliana Pinheiro Perdigão Freire, sendo designados novos orientadores, Gustavo Henrique F. Taglialegna e Tatiana Feitosa de Britto, respectivamente.

Foi disponibilizado aos alunos o prazo de 30 (trinta) dias sem aulas, para a elaboração do TCC. O prazo final para a entrega da monografia e marcação das bancas ocorreu no dia 17/11/14. As defesas aconteceram no período de 1 a 12/12/14.

Por solicitação de alguns orientadores e aprovação do Comitê Científico-Pedagógico, foram indicados 3 (três) novos avaliadores, servidores do quadro do Senado, que não se encontravam no banco, tendo em vista a peculiaridade dos temas de alunos e a expertise dos mesmos para avaliação dos trabalhos.

Apenas 4 (quatro) alunos não entregaram as monografias na data agendada, sendo dado a eles mais prazo. Receberam como penalidade, a perda de 1 (um) ponto



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

na nota final do TCC, de acordo com a deliberação do Comitê Científico-Pedagógico, registrada em Ata. Participou também como Coavaliadora Voluntária, a professora da UnB e Vice-procuradora da República, doutora Ela Wiecko.

Abaixo a planilha com a relação nominal dos orientadores e avaliadores com seus respectivos orientandos.

Nº	ORIENTADOR	ALUNOS	AVALIADOR
1	Ana Lúcia C. R. Novelli	Daniel Delgado	Ana Luiza Fleck
		Silvania Alves de Azevedo	Marcus Vinicius Bennett Ferreira
2	Cleide de Oliveira Lemos	Edilson Barbosa do Nascimento	Rafael Silveira e Silva
3	Flávia Santinoni Vera	Roberta Lima Barreto	Ronaldo Jorge Araujo Vieira Júnior
4	Fernando Moutinho	Adiel Lopes dos Santos	Luis Otávio Barroso da Graça
5	Jefferson Luís Colombo Dalmoro	Tânia Maria de Oliveira	Renato Monteiro de Rezende/ Ela Wiecko
6	João Trindade Cavalcante Filho	Débora Xavier Rocha	Rafael Silveira e Silva
		Eduardo Pedoto	Roberta Simões Nascimento
		Guido Nazareth Júnior	Roberta Simões Nascimento
		João Paulo Recco de Fáveri	Rafael Silveira e Silva
		Pedro Antonio de O. Gonçalves	Victor Aguiar Jardim de Amorim
		Renata Cristina Leonel	Rafael Silveira e Silva
		Daniel Souza da Trindade	Cleide de Oliveira Lemos
7	José Mendonça de A. Filho	Jesus Marcelo de Souza Galhenó	Tatiana Feitosa de Brito
8	Gustavo Henrique F. Taglialegna	Ary César I. Rodrigues	Rafael Silveira e Silva
9	Leany Barreiro de Sousa Lemos	Elisabete Busanello	Cleide de Oliveira Lemos
10	Luis Fernando Pires Machado	Claudio Rocha Reis	Luiz Carlos Santana de Freitas
		Dênio José Rodrigues Louro	Telma America Venturelli



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

		Fábio Harlan Barbosa Soares	Telma America Venturelli
		Marcus Vinícius Caldas Souto	Paulo Roberto Alonso Viegas
11	Paulo Fernando Mohn e Souza	Carolina Monteiro D. Mourão	Cleide de Oliveira Lemos
		Luciano Henrique da S. Oliveira	João Trindade Cavalcante Filho
12	Paulo Roberto Alonso Viegas	João Marcelo de Castro Novais	Luis Fernando Pires Machado
13	Rafael Silveira e Silva	Adriana Nunes Gomes	Tatiana Feitosa de Brito
		Karina Bernardino Lesch	João Trindade Cavalcante Filho
		Mariana Gondim Jacob	Rodrigo Barbosa da Luz
		Melissa Terni Mestriner	João Trindade Cavalcante Filho
		Roberto Tiago Ribeiro de Souza	Rodrigo Barbosa da Luz
		Beatriz de Mendonça Jorge e Costa	Tatiana Feitosa de Brito
14	Roberta Simões Nascimento	Edilson Santos Barros	Anderson de Oliveira Noronha
		Marcus Paulo da Cunha Martins	Rudinei Baumbach
		Maria Júlia Monteiro da Silva	João Trindade Cavalcante Filho
		Fernando Nunes de Miranda	Paulo Fernando Mohn e Souza
15	Rudinei Baumbach	Edson Castelo Branco	Victor Aguiar Jardim de Amorim
		Isa de Lima	Roberta Simões Nascimento
		Diego Barros Maia	João Trindade Cavalcante Filho
16	Tatiana Feitosa de Brito	Poliana Pinheiro Perdição Freire	Rafael Silveira e Silva
17	Victor Aguiar Jardim de Amorim	Alexandre Lin	Luis Fernando Pires Machado

Ao final das bancas, somente 3 (três) alunos tiveram que reformular seus trabalhos, sendo dois aprovados e um reprovado.

Apenas um aluno não foi considerado “**apto**” pelo Orientador para apresentação do trabalho à Banca. Após recurso impetrado ao Comitê Científico-Pedagógico foi deliberado que se houvesse a anuência do Orientador, o aluno poderia elaborar novo trabalho e ter nova oportunidade, tendo como penalidade a perda de 1 ponto na nota



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

final. Depois de ter analisado o novo trabalho o Orientador apresentou relatório aprovando a defesa do TCC à banca no dia 4/2/15 e o aluno obteve como resultado a “aprovação”.

7. Resultado Final

As aulas terminaram no dia 10/10/14. Os TCCs foram apresentados e defendidos no período de 1 a 12/12/14, com exceção de um aluno que necessitou de mais prazo para apresentar nova versão (explicado no item anterior). Três alunos tiveram que reformular o trabalho, sendo dois aprovados e um reprovado.

O período total do curso foi de 18 meses, do dia 5/8/13 a 4/2/15. O resultado final das disciplinas (notas e frequências) e as informações sobre os TCCs encontram-se detalhadas na planilha a seguir.

7.1. Resultado final das disciplinas: notas e frequências



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

ALUNOS	IEL		FCP		MTPI		TGE		TGDH		MTP II		DCAI		PLA		LRF		DCAII		FPP		TEL		SEM	
	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N
Adiel Lopes dos Santos	87,5	8,7	81,2	8,7	100	8,8	100	9,0	100	10,0	100	9,5	100	10,0	93	9,5	100	10,0	93	68,0	90	9,0	100	8,2	100	10,0
Adriana Nunes Gomes	100	9,4	87,5	8,0	100	9,1	100	10,0	80	8,0	100	10,0	100	9,0	93	10,0	90	10,0	93	85,0	90	9,0	100	9,5	100	10,0
Alexandre Lin	100	7,9	87,5	6,0	87,5	9,3	100	9,0	100	7,5	87,5	9,5	90	9,0	93	9,5	100	10,0	86	88,0	80	8,5	100	7,6	83,3	8,0
Ana Luiza Nuñez Ramalho	CANCELAMENTO DE DISCIPLINA																									
Ary César Rodrigues	75,0	8,7	81,2	7,6	75	9,9	90	10,0	80	8,0	87,5	9,0	100	10,0	78,6	10,0	80	9,4	79	60,0	80	8,0	83	6,2	75	7,0
Beatriz de Mendonça Jorge e Costa	100	9,5	75	7,9	87,5	9,3	90	10,0	80	9,0	87,5	8,5	100	10,0	86	10,0	100	10,0	79	77,0	80	8,5	100	8,6	100	10,0
Carolina Monteiro Duarte Mourão	100	9,0	75	9,2	87,5	9,2	90	9,0	80	10,0	87,5	10,0	100	10,0	93	10,0	90	9,4	79	78,0	80	9,5	100	8,6	100	10,0
Claudio Rocha Reis	75	8,0	87,5	8,4	87,5	9,5	90	8,0	80	7,5	100	10,0	90	10,0	78,6	9,5	100	9,0	79	60,0	80	8,0	83	6,7	100	10,0
Daniel Delgado	100	9,2	93,7	9,0	75	9,8	100	8,0	80	9,0	87,5	9,5	90	9,50	93	10,0	90	9,2	79	60,0	80	8,0	83	6,8	100	10,0
Daniel Souza da Trindade	87,5	8,8	75	9,1	87,5	9,4	100	8,0	80	8,0	100	10,0	90	9,50	86	10,0	100	9,4	86	60,0	80	8,0	100	8,1	100	10,0
Débora Xavier Rocha	75	8,1	75	6,0	100	8,9	90	9,0	90	8,0	87,5	9,3	100	10,0	86	9,5	80	8,0	93	65,0	80	9,0	100	6,8	100	10,0
Dênio José Rodrigues Louro	100	8,5	81,2	9,0	75	9,3	90	7,0	80	8,0	87,5	10,0	90	9,0	86	9,5	100	9,4	93	67,0	80	8,0	100	6,8	100	10,0
Diego Barros Maia	100	9,0	100	9,0	87,5	9,0	100	10,0	100	10,0	100	10,0	100	9,0	93	9,5	100	10,0	79	97,0	80	8,5	83	8,4	91,6	8,0
Edilson Barbosa	100	6,1	75	6,3	100	8,1	100	10,0	80	6,5	100	7,0	80	10,0	78,6	8,5	100	6,0	79	60,0	80	8,0	100	4,1	75	7,0
Edilson Santos Barros	100	9,7	100	9,1	100	9,6	100	10,0	100	9,5	87,5	10,0	100	10,0	86	10,0	100	9,2	93	88,0	80	8,0	83	9,8	100	10,0
Edson Castelo Branco de Oliveira Cardoso	87,5	9,2	87,5	8,5	87,5	7,8	80	9,0	90	6,5	75	8,5	100	10,0	86	8,5	100	9,2	79	60,0	80	8,0	83	8,1	100	10,0
Eduardo Pedroto	75	9,6	87,5	6,6	75	9,3	80	8,0	80	8,5	75	9,0	100	10,0	78,6	9,5	90	9,4	93	98,8	80	8,0	83	6,0	100	10,0
Elisabete Busanello	100	9,0	100	9,0	100	9,4	100	10,0	90	7,5	100	10,0	100	9,0	93	10,0	100	10,0	86	85,0	80	8,5	83	8,0	100	10,0
Fábio Harlan Barbosa Soares	87,5	7,5	87,5	10,0	100	8,5	90	9,0	80	9,5	100	8,0	100	9,50	93	9,5	100	9,4	86	72,0	80	8,0	83	6,2	100	10,0
Fernando Nunes de Miranda	100	9,6	100	6,7	87,5	9,7	80	7,0	80	6,0	100	10,0	100	9,0	86	10,0	80	10,0	86	94,0	80	8,0	83	7,6	100	10,0
Guido Nazareth Júnior	75	7,2	75	7,9	75	9,5	80	8,0	80	8,0	75	9,5	90	10,0	86	9,5	80	9,4	79	70,0	80	7,5	83	6,9	100	10,0
Isa de Lima	100	10,0	75	9,5	75	9,6	90	9,0	80	9,0	87,5	10,0	90	9,50	78,6	10,0	90	9,2	86	97,0	80	8,5	83	8,3	100	10,0



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Jesus Marcelo Galhen	75	7,1	75	6,0	87,5	8,8	90	8,0	80	9,0	100	10,0	90	9,0	86	10,0	100	8,0	79	62,0	80	7,5	83	6,0	100	10,0
João Marcelo de Castro Novais	87,5	7,5	75	6,0	100	9,1	90	8,0	80	10,0	87,5	8,0	80	8,50	78,6	7,0	90	7,0	79	66,0	80	8,0	83	6,0	75	7,0
João Paulo Recco de Fáveri	75	8,5	75	9,5	87,5	9,4	90	9,0	90	8,5	87,5	10,0	90	10,0	78,6	10,0	90	10,0	93	91,0	80	8,0	83	9,7	100	10,0
Karina Bernardino Lesch	87,5	8,4	75	9,2	100	9,3	90	7,0	100	9,5	87,5	7,5	90	10,0	93	10,0	100	9,0	93	77,0	80	8,0	100	6,9	100	10,0
Luciano Henrique da Silva Oliveira	87,5	8,8	75	7,5	75	9,0	80	9,0	80	8,5	75	10,0	80	10,0	93	9,5	100	10	79	97,0	80	8,5	100	9,9	100	10,0
Marcus Paulo da Cunha Martins	100	7,9	100	7,5	75	8,9	80	8,0	80	7,5	75	8,0	90	9,0	78,6	9,5	80	9,6	79	94,0	80	8,0	100	7,6	100	10,0
Marcus Vinícius Caldas Souto	100	8,4	75	9,2	100	8,5	100	10,0	80	7,0	75	9,5	80	9,0	93	10,0	100	9,6	79	60,0	80	8,0	100	6,6	100	10,0
Maria Júlia Monteiro da Silva	100	6,5	75	6,0	75	9,5	90	9,0	80	8,5	87,5	7,0	100	10,0	100	9,5	80	9,4	79	81,0	80	8,0	83	7,4	100	10,0
Mariana Gondim Jacob	87,5	9,6	75	9,0	100	10,0	90	9,0	100	9,0	87,5	9,5	100	10,0	100	10,0	90	10,0	86	75,0	80	8,0	83	7,9	100	10,0
Melissa Mestriner	87,5	8,5	81,2	100,0	87,5	9,8	80	6,0	80	10,0	87,5	9,0	100	10,0	86	10,0	100	10,0	79	86,0	80	8,0	83	8,6	100	10,0
Pedro Antonio de Oliveira Gonçalves	100	9,4	75	9,2	100	9,4	80	8,0	100	7,5	87,5	9,0	100	10,0	86	10,0	100	9,0	93	91,0	80	8,0	83	6,9	100	10,0
Poliana Pinheiro Perdigão Freire	70	7,1	75	9,5	75	8,9	80	7,0	80	6,5	87,5	7,5	100	9,50	78,6	10,0	90	8,6	79	60,0	80	8,0	83	6,4	91,6	9,0
Renata Cristina Silva Leonel	87,5	9,0	75	8,3	75	9,2	80	9,0	80	10,0	75	7,5	90	9,0	78,6	9,5	90	8,2	79	68,0	80	9,0	83	8,0	100	10,0
Roberta Lima Barreto	87,5	9,5	75	6,7	75	8,6	80	10,0	90	6,0	75	7,5	80	10,0	86	10,0	80	9,0	79	67,0	80	7,5	100	7,1	100	10,0
Roberto Thiago Ribeiro de Souza	87,5	7,7	87,5	100,0	75	8,9	100	10,0	80	8,5	87,5	9,0	90	9,0	78,6	10,0	80	9,0	86	78,0	80	8,0	83	7,6	83,3	8,0
Silvânia Alves de Azevedo	100	8,6	81,2	7,1	100	8,3	80	8,0	100	8,5	75	7,5	90	8,50	78,6	10,0	100	8,8	86	72,0	80	9,0	83	7,5	100	10,0
Tânia Maria de Oliveira	100	9,4	75	7,6	87,5	9,5	80	8,0	80	10,0	75	9,0	90	10,0	78,6	10,0	80	8,6	79	78,0	80	9,0	83	6,2	100	10,0
Tomaz de Aquino Rodrigues	100	8,4	75	6,0	100	8,4	90	3,0	90	8,5	87,5	7,5	100	8,0	93	8,5	100	8,8	REPROVAÇÃO							



% de Frequência em cada disciplina



Nota Final de cada disciplina



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

7.2. TCC

Aluno	Título da Monografia	Orientador/ Avaliador	Resultado Final
Adiel Lopes dos Santos	CARÁTER DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO EQUILÍBRIO DE FORÇA ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt / Luis Otávio Barroso da Graça	9,5
Adriana Nunes Gomes	A IMPORTÂNCIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO SENADO FEDERAL PARA A ADEQUAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS ÀS NECESSIDADES SOCIAIS	Rafael Silveira e Silva/ Tatiana Feitosa de Britto	10
Alexandre Lin	A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO SENADO FEDERAL	Victor Aguiar Jardim de Amorim/ Luis Fernando Pires Machado	10
Ary César Rodrigues	A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO E DE INTERESSE NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ESTUDO DE CASO: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30 de 2011 (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO) E A SUA TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL	Gustavo Henrique F. Taglialegna/ Rafael Silveira e Silva	8
Beatriz Mendonça Jorge e Costa	PROUNI E O FENÔMENO DA APROPRIAÇÃO	Rafael Silveira e Silva/ Tatiana Feitosa de Britto	



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Carolina Monteiro Duarte Mourão	DISCRICIONARIEDADE POLÍTICA E ELEMENTOS PROCESSUAIS LEGISLATIVOS: Consequências da discricionariedade política nos procedimentos legislativos de requerimentos de tramitação conjunta e de desapensamento no Senado Federal	Paulo Fernando Mohn e Souza/ Cleide de Oliveira Lemos	10
Claudio Rocha Reis	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS NO CONGRESSO NACIONAL: O Princípio da Fungibilidade na Recepção das Medidas Provisórias	Luis Fernando Pires Machado/ Luiz Carlos Santana de Freitas	10
Daniel Delgado	A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA OEA: uma ferramenta jurídica de avaliação para o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS)	Ana Lucia Novelli/ Ana Luiza Fleck	10
Daniel Souza da Trindade	CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: a necessária aplicação do Princípio da Proibição do Retrocesso Social	João Trindade Cavalcante Filho/ Cleide de Oliveira Lemos	10
Débora Xavier Rocha	A PERTINÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA SOLUÇÃO DO CONFLITO ENTRE O DISCURSO DO ÓDIO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO	João Trindade Cavalcante Filho/ Rafael Silveira e Silva	10



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Dênio José Rodrigues Louro	MEDIDAS PROVISÓRIAS: O Impacto e os Efeitos negativos produzidos para o Parlamento Brasileiro à luz da Emenda Constitucional nº 32, de 2001	Luis Fernando Pires Machado/ Telma América Venturelli	10
Diego Barros Maia	DA NECESSIDADE DO CONTROLE JUDICIAL DO PROCESSO LEGISLATIVO FUNDADO NA OBSERVÂNCIA DOS REGIMENTOS INTERNOS DAS CASAS LEGISLATIVAS FEDERAIS	Rudinei Baumbach/ João Trindade Cavalcante Filho	10
Edilson Barbosa	A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA GUARDA COMPARTILHADA	Cleide de Oliveira Lemos/ Rafael Silveira e Silva	Reprovado (4)
Edilson Santos Barros	O VETO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ANOS DE 2007 A 2010	Roberta Simões Nascimento/ Anderson de Oliveira Noronha	10
Edson Castelo Branco de Oliveira Cardoso	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO: Comentários acerca da função do processo legislativo no estado democrático de direito	Rudinei Baumbach/ Victor Aguiar Jardim de Amorim	7
Eduardo Pedroto	O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL E O PODER LEGISLATIVO	João Trindade Cavalcante Filho/ Roberta Simões Nascimento	10



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Elisabete Busanello	A PARTICIPAÇÃO DAS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS NA PRESIDÊNCIA DE COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS E NA RELATORIA DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	Leany Barreiro de Sousa Lemos/Cleide de Oliveira Lemos	10
Fábio Harlan Barbosa Soares	A MEDIDA PROVISÓRIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA PAUTA DO LEGISLATIVO PELO PODER EXECUTIVO	Luis Fernando Pires Machado/Telma America Venturelli	10
Fernando Nunes de Miranda	PUBLICIDADE VERSUS SIGILO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	Roberta Simões Nascimento/Paulo Fernando Mohn e Souza	9,5
Guido Nazareth Júnior	DA ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	João Trindade Cavalcante Filho/Roberta Simões Nascimento	9,5
Isa de Lima	A CRÍTICA DOUTRINÁRIA À IRRACIONALIDADE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA PENAL	Rudinei Baumbach/Roberta Simões Nascimento	10
Jesus Marcelo Galheno	DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL À SAÚDE. JUDICIALIZAÇÃO	José Mendonça de A. Filho/Tatiana Feitosa de Brito	7
João Marcelo de Castro Novais	O REGIMENTO INTERNO NO SENADO FEDERAL FACE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	Paulo Roberto Alonso Viegas/Luis Fernando Pires Machado	8,5



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

João Paulo Recco de Fáveri	A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL DURANTE A 54ª LEGISLATURA.	João Trindade Cavalcante Filho/Rafael Silveira e Silva	10
Karina Bernardino Lesch	CPIs: EVOLUÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO, AÇÕES E REAÇÕES DOS PODERES DA REPÚBLICA	Rafael Silveira e Silva/João Trindade Cavalcante Filho	10
Luciano Henrique da Silva Oliveira	O VETO APÓS A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2013, DO CONGRESSO NACIONAL	Paulo Fernando Mohn e Souza/João Trindade Cavalcante Filho	10
Marcus Paulo da Cunha Martins	FEDERALISMO, GUERRA FISCAL E O SENADO FEDERAL: O ICMS NA CASA DA FEDERAÇÃO	Roberta Simões Nascimento/Rudinei Baumbach	9,5
Marcus Vinícius Caldas Souto	VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO NA TRAMITAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS: INCIDÊNCIA NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2013 E ESTUDO DE CASO	Luis Fernando Pires Machado/Paulo Roberto Alonso Viegas	10
Maria Júlia Monteiro da Silva	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA DEFESA	Roberta Simões Nascimento/João Trindade Cavalcante Filho	7
Mariana Gondim Jacob	O PODER DOS LÍDERES REVISITADO: A atuação das bancadas temáticas na aprovação do Código Florestal	Rafael Silveira e Silva/Rodrigo Barbosa da Luz	10
Melissa Mestriner	PROCESSO LEGISLATIVO, LEGÍSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: a adoção da avaliação legislativa para o aperfeiçoamento do processo legislativo	Rafael Silveira e Silva/João Trindade Cavalcante Filho	10



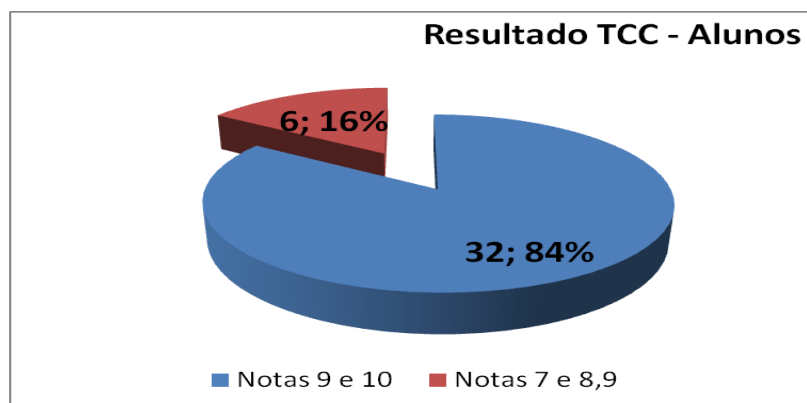
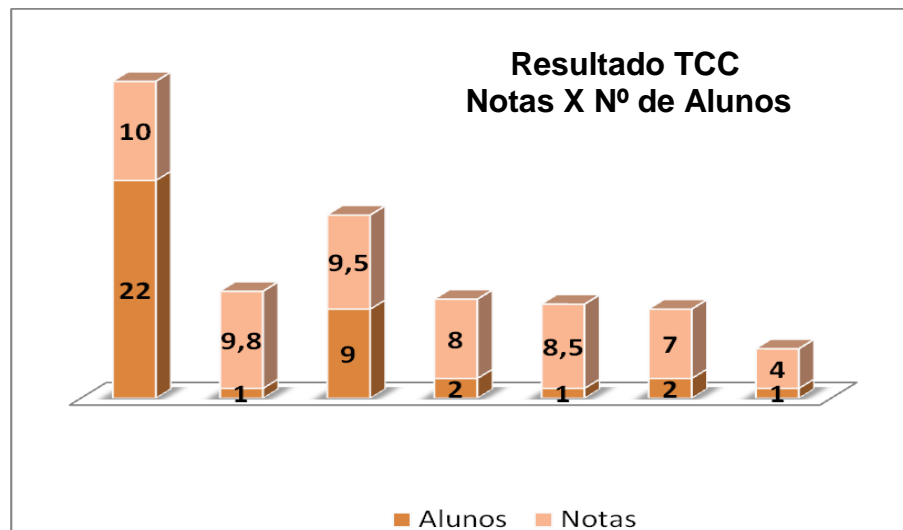
SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Pedro Antonio de Oliveira Gonçalves	SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DO REGIMENTO LEGISLATIVO: Análise da sindicabilidade judicial do devido processo legislativo regimental a partir de um estudo de caso	João Trindade Cavalcante Filho/Victor Aguiar Jardim de Amorim	10
Poliana Pinheiro Perdigão Freire	ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAfetivos: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PROCESSO LEGISLATIVO E DO POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL	Tatiana Feitosa de Brito/Rafael Silveira e Silva	8
Renata Cristina Silva Leonel	A COMPETÊNCIA do Senado Federal DE SUSPENDER LEIS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS.	João Trindade Cavalcante Filho/Rafael Silveira e Silva	9,5
Roberta Lima Barreto	TRATAMENTO JURÍDICO DO NEGRO: perspectiva comparada Brasil x EUA	Flávia Santinoni Vera/Ronaldo Jorge Araujo Vieira Júnior	9,5
Roberto Thiago Ribeiro de Souza	O TRATAMENTO DO DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO NO CONGRESSO NACIONAL	Rafael Silveira e Silva/Rodrigo Barbosa da Luz	9,5
Silvânia Alves de Azevedo	A REGULAMENTAÇÃO DA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Ana Lúcia C. R. Novelli/Marcus Vinicius Bennett Ferreira	9,5
Tânia Maria de Oliveira	A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO	Jefferson Luís Colombo Dalmoro/Renato Monteiro de Rezende e Ela Wiecko	9,8



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior





SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

7.3. Relação final dos alunos certificados

1	Adiel Lopes dos Santos
2	Adriana Nunes Gomes
3	Alexandre Lin
4	Ary César Interaminense Rodrigues
5	Beatriz Mendonça Jorge e Costa
6	Carolina Monteiro Duarte Mourão
7	Claudio Rocha Reis
8	Daniel Delgado
9	Daniel Souza da Trindade
10	Débora Xavier Rocha
11	Dênio José Rodrigues Louro
12	Diego Barros Maia
13	Edilson Santos Barros
14	Edson Castelo Branco de Oliveira Cardoso
15	Eduardo Pedroto de Almeida Magalhães
16	Elisabete Busanello
17	Fábio Harlan Barbosa Soares
18	Fernando Nunes de Miranda
19	Guido Nazareth Júnior
20	Isa de Lima
21	Jesus Marcelo de Souza Galheno
22	João Marcelo de Castro Novais
23	João Paulo Recco de Fáveri
24	Karina Bernardino Lesch
25	Luciano Henrique da Silva Oliveira
26	Marcus Paulo da Cunha Martins
27	Marcus Vinícius Caldas Souto
28	Maria Júlia Monteiro da Silva
29	Mariana Gondim Jacob
30	Melissa Terni Mestriner
31	Pedro Antonio de Oliveira Gonçalves
32	Poliana Pinheiro Perdigão Freire
33	Renata Cristina Silva Leonel
34	Roberta Lima Barreto
35	Roberto Thiago Ribeiro de Souza
36	Silvânia Alves de Azevedo
37	Tânia Maria de Oliveira



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

8. Avaliação do Curso

A avaliação do curso representa uma oportunidade para a identificação das práticas instrucionais bem sucedidas, e para perceber omissões e equívocos que possam ter ocorrido, assim como dimensionar o potencial dos mesmos na produção de desvios indesejados no projeto institucional.

A análise dos resultados obtidos, após a conclusão do processo de coleta de dados, proporciona condições para que sejam estabelecidas metas e ações para o desenvolvimento institucional, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a relevância acadêmica dos cursos do ILB.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram cedidos pelo Cefor (Centro de Formação da Câmara dos Deputados) e adaptados à realidade do Senado Federal/ILB.

Os formulários privilegiaram os seguintes aspectos:

- a) Perfil da Turma (gênero, idade, situação funcional, tempo de trabalho no órgão, lotação e formação);
- b) Avaliação de Disciplinas (autoavaliação, disciplina, material instrucional, professor e impactos profissionais);
- c) Avaliação Docente (autoavaliação, disciplina e turma);
- d) Avaliação de Infraestrutura (instalações gerais, sala de aula, serviços, biblioteca, coordenação);
- e) Avaliação Final do Curso (impactos pessoais, profissionais e acadêmicos; suporte psicossocial e orientação TCC).

Uma visão geral dos resultados demonstrou um grau de satisfação dos alunos. Oitenta e seis por cento (86%) consideraram o curso acima de bom. Os resultados dos indicadores (item 10) mostram o sucesso alcançado.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

9. Encerramento dos Cursos

A Solenidade de Formatura da turma foi realizada junto com a turma do curso de especialização em Administração Legislativa, no Auditório Petrônio Portela no dia 17 de dezembro de 2014, às 18h30.

Nome da Turma: José Afonso da Silva

Orador: Alexandre Lin

Parainfo: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho (coordenador do curso)

Homenageado: Luciana Villela de Andrade Mendes (coordenadora pedagógica)

Nº de especialistas formados: **37**

10. Indicadores

- Indicadores de resultados:

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
Vagas preenchidas	$\text{Alunos matriculados} * 100 / \text{vagas disponíveis}$	100%	100%
Evasão esperada	$\text{Desistência} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\leq 10\%$	2,5%
Alunos formados	$\text{Alunos formados} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\geq 85\%$	92,5%
Alunos reprovados	$\text{Alunos reprovados} * 100 / \text{alunos matriculados}$	$\leq 5\%$	5%
Publicações do corpo discente de monografias e/ou artigos	$\text{Trabalhos publicados} * 100 / \text{alunos formados}$	90%	100%
Rendimento médio por disciplina	$\sum \text{notas finais da disciplina} * 100 / \text{alunos regulares}$	$\geq 70\%$	
	IEL		85,3%



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
	FCP		81,0%
	MTP I		91,3%
	TGE		85,4%
	TGDH		83,8%
	MTP II		89,8%
	DCA I		95,3%
	PLA		96,4%
	LRF		91,8%
	DCA II		74,5%
	FPP		81,8%
	TEL		75,1%
	SEM		95,8%
Rendimento médio do TCC	$\sum \text{notas finais do TCC} * 100 / \text{TCC avaliado em Banca}$	$\geq 70\%$	91,1%
Rendimento médio por curso	$\sum \text{Rendimento médio por disciplina} / \text{quantidade de disciplinas do curso}$	$\geq 70\%$	86,6%
Frequência média observada por disciplina	$\sum \text{de frequência dos alunos da disciplina} / \text{alunos regulares}$	$\geq 80\%$	
	IEL		90,8%
	FCP		81,7%
	MTP I		87,8%
	TGE		89,4%



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
	TGDH		85,6%
	MTP II		87,5%
	DCA I		93,5%
	PLA		86,4%
	LRF		92,8%
	DCA II		83,9%
	FPP		80,5%
	TEL		89,2%
	SEM		96,7%
Frequência média observada no curso	\sum de Frequência média observada por disciplina / quantidade de disciplinas do curso	$\geq 80\%$	88,1%

Observação: os dados são obtidos a partir dos registros de matrículas, das pautas das disciplinas e das atas de defesa dos TCCs.

- Indicadores de infraestrutura do curso:

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
Instalações Gerais	\sum dos quesitos de “Instalações Gerais” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$	58,16%
Sala de Aula	\sum dos quesitos de “Sala de Aula” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$	76,78%
Serviços	\sum dos quesitos de “Serviços” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$	83,14%



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Biblioteca	\sum dos quesitos de “Biblioteca” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$	80,35%
Coordenação	\sum dos quesitos de “Coordenação” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$	89,28%

Observação: os dados são obtidos a partir dos formulários de avaliação preenchidos duas vezes durante o curso ao final de cada disciplina do curso.

- Indicadores de efetividade do curso:

Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
Disciplinas	\sum das disciplinas avaliadas como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$	87,8%
Material instrucional	\sum dos materiais instrucionais das disciplinas avaliados como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$	87,07%
Corpo docente	\sum dos professores avaliados como \geq “bom” / quantidade total de professores	$\geq 80\%$	88,87%
Impacto Profissional	\sum dos impactos profissionais das disciplinas avaliados como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$	82,43%

Observação: os dados são obtidos a partir dos formulários de avaliação preenchidos ao final de cada disciplina

11. Considerações e sugestões

Dos alunos:

A falta de pontualidade de alguns professores e o não cumprimento do programa estipulado no plano de ensino foram aspectos relatados pelos alunos. Em algumas disciplinas, como Direito Constitucional Aplicado II e Fiscalização do Poder Público, em razão da carga horária reduzida para o grande volume de conteúdo, não foi possível promover uma discussão mais aprofundada da matéria.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Outro aspecto reforçado é a necessidade de que os professores contextualizem os temas das disciplinas para a realidade do Poder Legislativo, em especial, do Senado Federal.

Foi também enfatizada a importância da didática em sala de aula. Muitos professores detêm um domínio profundo de conhecimento acerca das áreas de estudo, no entanto não conseguem transmitir o conteúdo e despertar o interesse do aluno em estudar e se aprofundar nos temas abordados.

Os professores devem ter especial atenção ao grande número de intervenções dos alunos durante as aulas, não deixando que prejudiquem o andamento dos conteúdos planejados.

Foi sugerido o aumento da carga horária da disciplina Técnica Legislativa e da necessidade de mudança no enfoque na disciplina Orçamento, LRF e Controle Governamental.

O professor João Trindade Cavalcante Filho, da disciplina Direito Constitucional Aplicado I foi o mais bem avaliado pelos alunos, destacando-se os seguintes aspectos: didática em sala de aula; domínio profundo do tema de estudo; facilidade de contextualização dos assuntos; e riqueza do material bibliográfico indicado.

Um aspecto de melhoria refere-se às instalações gerais. As salas de aula são apertadas para o número de alunos a que se propõem, os banheiros são muito antigos, causando uma impressão ruim e à noite não há infraestrutura para atender alguma necessidade de alimentação dos alunos. Os portadores de necessidades especiais são impossibilitados de utilização dos sanitários, bem como de circulação dentro das salas de aula.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

A proibição de alunos de instituições parceiras estacionarem no pátio da Unidade de Apoio nº V prejudica os estudantes que têm que buscar vagas na rua e em dias de chuva, fazer uma longa caminhada.

Da coordenação:

Os coordenadores constaram que apesar dos docentes assinarem o “Termo de compromisso” com o ILB, com as especificações de suas atribuições, há necessidade de realização de reunião ou oficina, com o objetivo de instruir e orientar o trabalho docente a ser realizado na COESUP. Ocorreram atrasos na entrega das notas de trabalhos e provas; erros no preenchimento da pauta; demora no envio do plano de ensino; indicação de bibliografia esgotada, dentre outros problemas que foram solucionados durante o andamento do curso.

Observou-se um desnivelamento na condução dos trabalhos de orientação e avaliação do TCC. Alguns professores muito exigentes, enquanto outros mais flexíveis. Seria importante alinhar os procedimentos e definir critérios.

Quanto ao prazo para a elaboração do TCC, sugere-se alteração para 60 (sessenta) dias após o término das disciplinas.

Foram realizadas duas reuniões para avaliação e reestruturação do curso. A primeira, contou com a participação do Chefe da SEPOS, da Coordenação Geral, da Coordenação Pedagógica e dos professores, onde se discutiu alterações (inserção e exclusão) de disciplinas e de carga horária, para servir de suporte ao novo projeto pedagógico do curso de Direito Legislativo. A segunda foi um bate papo entre o coordenador geral do curso, o coordenador pedagógico



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

e os alunos, para buscar sugestões e comentários da implementação do curso pela turma.

O resultado desses encontros culminou na elaboração do novo Projeto Pedagógico para a turma 2015, como alteração de conteúdos, mudança da carga horária de algumas disciplinas e horário das aulas.

Outro ponto relevante a ser observado é a revisão de alguns documentos, como o Regulamento dos cursos de pós-graduação, o Manual do TCC e o Manual do Aluno.

É de suma necessidade um trabalho contínuo de sensibilização da Casa quanto à importância da qualificação/capacitação dos seus servidores.